

Rondônia denuncia pressão para impedir ordenamento

RUBENS COUTINHO
Correspondente

Porto Velho — Por trás do polémico Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro), que visa a ordenar a ocupação do estado e a utilização racional dos seus recursos naturais, estão fortes interesses políticos e econômicos, que pressionam de todos os lados para que o projeto sequer saia do papel. O mais recente golpe contra a implantação do Planafloro foi, segundo o governador Jerônimo Santana, o empenho do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, para impedir que o Banco Mundial repassasse os recursos necessários à execução do programa.

Já nos últimos dias do governo Sarney, o presidente da República, para atender a um

amigo, assinou decreto revogando um outro que criava a reserva dos índios uru-eu-wau-wau, no leste do estado, o que prejudicou muito a implantação do programa ambiental.

RESERVA

O amigo do presidente Sarney e principal interessado na área indígena, segundo acusações do secretário de Planejamento de Rondônia, José Simão Costa Filho, é o empresário e suplente de deputado federal Moyses Bennesby (PL), dono de um conglomerado de empresas que tem como atividades, além da venda de veículos, o beneficiamento do látex e da castanha-do-Pará. A reserva dos uru-eu, de mais de um milhão de hectares, é rica em seringueiras e castanheiras e o grupo empresarial Kondobok, de Moyses Bennes-

by, alega ser o legítimo dono de uma área de 250 mil hectares de seringais nativos.

O coordenador do Planafloro, Teodorico de Almeida Rocha, explicou que o Banco Mundial suspendeu temporariamente o repasse de 230 milhões de dólares para a implantação do programa devido à ação pessoal de Lutzenberger junto à instituição. Para Teodorico, esse dinheiro foi apenas retardado, pois no estado todas as ações de caráter técnico para viabilizar a implantação imediata do Planafloro foram realizadas.

Ele citou, como exemplo, a criação de quatro florestas extrativistas, cinco florestas estaduais de rendimento sustentável (área para exploração seletiva de madeira, mantendo-se, obrigatoriamente, a cobertura florestal), uma estação ecológica e mais quatro parques estaduais.

Planafloro define ocupação

"O Planafloro é, essencialmente, um instrumento de reordenamento da ocupação do estado, tendo como ponto de partida o zoneamento social, econômico e ecológico de Rondônia, que foi transformado em lei e faz parte da constituição estadual desde junho de 1988", assinala Teodorico Rocha, coordenador do programa.

O zoneamento identificará as áreas que poderão ou não ser utilizadas para assentamento de colonos, as que são adequadas à exploração de madeiras, as de solo fértil e as ricas em castanheiras, seringueiras e outras espécies vegetais de onde se possa extrair óleos, resinas e outros produtos comercializáveis.

Nas últimas décadas, Rondônia passou a viver intenso processo de ocupação territorial, através do seu crescimento demográfico, devido ao aumento da migração oriunda de todas as regiões do País. Nos últimos dez anos, por exemplo, chegaram ao estado mais de cem mil famílias, vindas das zonas rurais de mais baixa renda dos estados do Sul e Nordeste do Brasil. Por falta de um ordenamento, os prejuízos para a fauna e a flora foram enormes.

Um relatório intitulado "Transição ecológica", elaborado pelos técnicos do Polono-

roeste que acompanharam a migração nos últimos anos, mostra os efeitos que o crescimento desordenado da população causou ao estado: "Assistiu-se, em Rondônia, ao desencadeamento do confronto homem-natureza, imposto pelas necessidades de sobrevivência dos agricultores migrantes, que hoje se traduz no avanço voraz sobre as florestas", afirma o documento.

O mais grave de tudo isso, segundo o relatório, está no fato de que Rondônia já perdeu, pelo menos, 21 por cento de sua cobertura florestal original e teve abandonados, após curto período de exploração, cerca de 3,2 milhões de hectares, na forma de capoeiras, ou seja, 63 por cento da área desmatada estão totalmente abandonados.

FUNDIÁRIO

O Governo de Mato Grosso tem prazo de dois meses para solucionar o problema fundiário do Distrito de Paraíso da Serra. No Aripuanã, a 1 mil 200 quilômetros de Cuiabá, sob pena de perder um financiamento de US\$ 260 milhões (Cr\$ 16,64 bilhões no câmbio paralelo) para o custeio do projeto de desenvolvimento agroecológico do estado (Prodeagro).



Governador Jerônimo Santana: não querem que o Planafloro saia do papel